

**10526- Política pública de extensão rural agroecológica:
a voz das mulheres no processo de desenvolvimento rural**

*Agroecological rural extension public policies:
the women's voice in the rural development process*

PACÍFICO, Daniela A.¹; CAPORAL, Francisco R.²

1 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), daniela.pacifico@consultor.mda.gov.br;

2 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), caporalfr@gmail.com

Resumo:

No período 2003/2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiou o desenvolvimento rural com base nos princípios da Agroecologia. Estas iniciativas tiveram início com a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que orientou a adoção das bases técnicas e conceituais da Agroecologia como caminho para a transformação da extensão rural convencional em uma Extensão Rural Agroecológica. As mulheres tiveram papel importante nesse processo, e este trabalho tem como objetivo retratar unicamente a voz das mulheres na avaliação das ações de formação. A avaliação apontou as ações de formação como estratégicas e potencializadoras da geração de novos conhecimentos, habilidades e práticas para atuação no serviço de ATER. Portanto, a abrangência e qualidade das ações dependem também da intersectorialidade das políticas públicas, assim como de recursos técnicos e financeiros que ampliem as iniciativas voltadas à formação em Agroecologia e ao fortalecimento da atuação das mulheres no desenvolvimento rural.

Palavras -Chave: PNATER; Agroecologia; Formação; Mulheres.

Abstract:

In the period of 2003/2010, the Ministry of Agrarian Development supported the Agroecology-based rural development. These initiatives began with the construction of the Rural Extension and Technical Support National Policy (PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), which guided the technical and conceptual basis of Agroecology as a means for the transformation of the conventional rural extension into an Agroecological Rural Extension. The women played an important role in this process, and this study aims solely at portraying the women's voice in evaluating the formation actions. The assessment showed the formation actions to be strategic and able to potentialize the creation of new knowledges, skills and practices for acting on rural extension and technical support. Therefore, the range and quality of the actions also depend on the intersectoriality of public policies, as well as technical and financial resources that expand the initiatives towards the formation in Agroecology and the strengthening of the role of women in rural development.

Keywords: PNATER; Agroecology; Formation; Women.

Introdução

O presente trabalho explicita a voz das mulheres extensionistas na avaliação das capacitações promovidas pelo MDA no período 2003/2010. Para tal, são observadas as narrativas (voz) das mulheres que participaram de algumas das ações de formação. Em

2003, foi desencadeada uma mobilização nacional que envolveu mais de cem entidades e mais de 500 pessoas em debates promovidos pelo MDA nos diversos estados do Brasil. Deste modo, iniciou-se a construção participativa da PNATER. O processo participativo resultou em uma Política inovadora, que em muitos aspectos rompeu com a trajetória difusionista da extensão rural brasileira, propondo a adoção de metodologias participativas e construtivistas e, ao mesmo tempo, propondo reorientar a prática e o enfoque tecnológico, a partir dos princípios da Agroecologia, na busca de uma Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL, 1998).

Na construção da política, o primeiro passo foi o “nivelamento de conceitos”, para oportunizar aos profissionais da extensão rural a discussão sobre os elementos teóricos que davam base aos princípios, diretrizes, objetivos e metodologias definidos na PNATER. A partir de então, o Ministério implantou a política nacional de ATER, com atuação em diversas frentes e promoção, em âmbito nacional, do desenvolvimento rural com base nos princípios da Agroecologia, conforme mostram resultados de pesquisas. Em 2010, a política nacional de ATER foi instituída pela Lei nº 12.188, e encerrou o período de implantação da Política, inaugurando uma nova fase, onde a ATER pública passa ser um direito garantido por lei. Como parte do processo, a equipe de Formação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), do MDA, promoveu um processo de avaliação das ações de formação, uma vez que as ações de formação são parte da política, e portanto objeto de análise neste trabalho.

Metodologia

Para organização deste trabalho a metodologia utilizada baseou-se no envio de questionários qualitativos para 1.500 extensionistas dentre um universo de 3.300 capacitados especificamente em Agroecologia no período de 2003 a 2010. O Universo representa 21% dos participantes de cursos de capacitação promovidos pelo MDA. O retorno das respostas, com confiança estatística, compreendeu 4% do universo. No caso deste trabalho, os resultados estão baseados nas respostas das mulheres extensionistas capacitadas em Agroecologia, que representam 29% do total dos questionários que retornaram.

As respostas foram sistematizadas em três grandes eixos de análise: trajetória, processo de aprendizagem e resultados globais. Aqui, trataremos em especial do macro indicador de trajetória, tomado a partir do recorte de gênero¹. Este indicador trouxe elementos para se pensar as trajetórias das mulheres pesquisadas, no campo da Agroecologia, e está composto por perfil de atuação, expectativa profissional em relação à Agroecologia², e proposição de continuidade da política pública.

Juntamente com os indicadores e conteúdos das respostas dos questionários foram estudados documentos estratégicos que deram base para as ações de formação, e que, ao mesmo tempo, foram originados por elas, na mútua (co)existência entre as ações e os

1“Por relações sociais de gênero estamos entendendo as relações entre o grupo social 'homens' e o grupo social 'mulheres' que, na nossa forma de organização social, se baseia na concentração de poder e na valorização dos homens em detrimento das mulheres.” (SILVA, Carmen. Mulheres e Agroecologia. <acessado em: 20 de julho de 2011: <http://www.soscorpo.org.br/Adm/userfiles/MulhereseAgroecologia.pdf>>

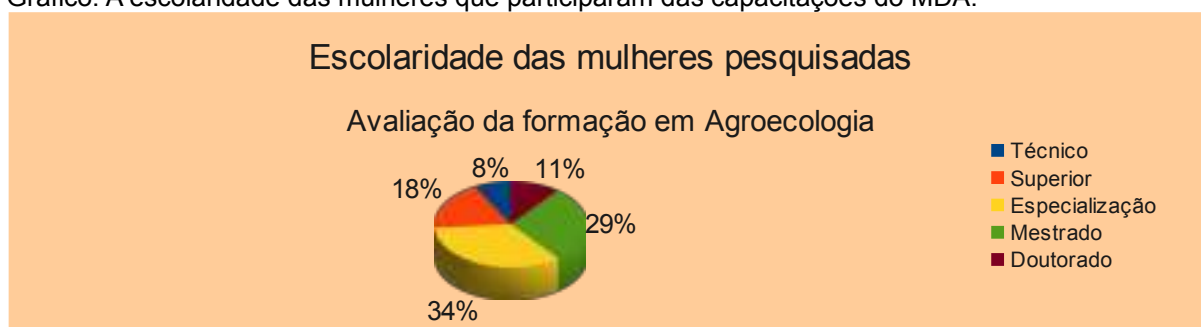
2Os demais indicadores e resultados podem ser conferidos em artigo completo publicado nos Anais do XXVII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. Recife, 2011.

documentos estratégicos, por se tratarem de documentos elaborados por meio de participação democrática da sociedade. Referimo-nos aos documentos: PNATER, Programa Nacional de ATER (PRONATER) e ao Subprograma de Formação de Agentes de ATER, cada um com suas diretrizes, princípios e objetivos bem definidos e estruturantes das ações de formação.

Resultados e discussão

As mulheres pesquisadas têm as seguintes características: 74% atuam diretamente na extensão rural; 13% em ensino e 13% em pesquisa. O gráfico abaixo mostra alto nível de escolaridade dessas mulheres, onde 63% delas possuem especialização ou mestrado, e grande parte desta formação é no tema da agricultura.

Gráfico: A escolaridade das mulheres que participaram das capacitações do MDA.



Fonte: Avaliação da formação em Agroecologia. DATER/SAF/MDA. Brasília, 2011.

A avaliação mostra que 69% das mulheres atuam em ATER promovendo agriculturas de base ecológica a menos de 10 anos. O fato também sugere que assim que a extensão rural começou a se reestruturar, com base em novos princípios e diretrizes, o campo profissional se abriu para as mulheres e estas têm se mostrado mais sensíveis às questões ecológicas e de sustentabilidade. Cabe destacar, entretanto, que o Subprograma de Formação foi indutor da participação das mulheres no processo de formação oferecido pelo DATER, na medida em que colocava para as instituições a necessidade de inscreverem profissionais mulheres já que estabelecia uma cota de 30% para elas nas vagas para os cursos.

Os demais resultados estão divididos em *trajetórias*, *satisfação com a formação* e *propostas de continuidade* da política de formação de extensionistas. Para tal, considera-se trajetória como processo ligado ao contexto social, político, cultural, econômico e etc., ou seja, a trajetória tem um foco no campo social. Para Bourdieu, toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (BOURDIEU, 1996). Assim compreender como as mulheres ocuparam, ocupam e pretendem ocupar posições em relação ao tema da Agroecologia se faz pertinente e indica como elas estão se colocando no campo de disputa.

A trajetória das mulheres em Agroecologia está permeada por meio de um conjunto multifacetado de ações, mas podemos afirmar que há quatro eixos principais nas trajetórias: educação de nível técnico/tecnológico; movimento e organizações sociais

rurais; educação de nível pós-graduação; e, formação promovida pelo MDA. No primeiro eixo encontram-se os cursos técnicos em agropecuária, agrofloresta, gestão ambiental e Agroecologia que segundo elas foram ferramentas que as despertaram para o tema da sustentabilidade, e somam 15% das trajetórias. O segundo eixo compreende o trabalho em organizações sociais atuantes com ATER e voltadas para Agroecologia, e os movimentos de mulheres e trabalhadores sem terra, e somam 25% das trajetórias.

O terceiro eixo compreende as mulheres que realizaram especializações, mestrado e doutorados e que, em algum momento, se integraram às atividades extras nas universidades como, por exemplo: núcleos de pesquisa e extensão, encontros, palestras, congressos e etc., e somam 35% das trajetórias. Por fim, o quarto eixo, com 20% das trajetórias, trata da formação promovida pelo MDA, ou seja, essas mulheres iniciaram suas trajetórias por meio do incentivo do Ministério via capacitações.

O contexto político favorável vivido pelo Brasil no período 2003/2010 refletiu, sem sombra de dúvidas, no empoderamento das mulheres no sentido da abertura de novos horizontes e possibilidade de crescimento e “aparecimento” delas em espaços até então reservados aos homens como, por ex.: extensão rural. Com a expansão de cursos técnicos e tecnológicos diferenciados, o aumento de bolsas de estudos e cursos de pós-graduação, assim como com a política de formação do DATER - que garantiu a presença mínima de mulheres nos cursos de formação -, observa-se uma crescente presença das mesmas em ambientes agropecuários, pouco visto antes, apesar de ser inquestionável a atuação histórica das mesmas na agricultura.

As mulheres expressaram expectativa profissionais futuras no tema da Agroecologia e desdobramento de suas trajetórias de atuação, e pode ser observado nas seguintes afirmações: pretende-se dar continuidade nos projetos que venho desenvolvendo; desenvolver projetos em educação ambiental; facilitar cursos em Agroecologia; trabalhar na ATER agroecológica; que haja mais pesquisas e tecnologias sociais apropriadas aos agricultores. Entretanto, os eixos que concentraram mais expectativas das mulheres são: fazer mestrado e/ou doutorado na área (50% das expectativas), e trabalhar em processos de transição agroecológica com agricultores e agricultoras (30% das expectativas).

Quanto à satisfação das mulheres, 81% delas afirmaram estar “muito satisfeitas” e “satisfeitas” com a formação em Agroecologia. Destacaram como pontos fortes das capacitações: “oportunidade de participar de cursos de alto nível”, “qualificação dos profissionais”, “qualidades dos conteúdos”, “aprendizado sobre agricultura familiar”, “oportunidade de fortalecimento dos trabalhos locais”, “questionamento da extensão rural convencional”, “fortalecimento de contatos entre pessoas que atuam no tema”. Também destacaram pontos fracos da capacitação como, por exemplo: “descontinuidade dos cursos de capacitação”, “inexistência do tema de gênero em vários cursos”, “profissionais selecionados sem condições de acompanharem o nível do curso”, “falta de visitas de campo durante os cursos”, “ausência de uma política nacional de transição agroecológica (com foco na Agroecologia)”, que possibilite de fato a construção de coisas novas após as capacitações, “falta de doutorado em Agroecologia no Brasil”, “capacitação descontextualizada”.

A opção pelo recorte de gênero dentro da avaliação permitiu dar voz as mulheres assim, compreender como elas têm construído suas trajetórias no tema da Agroecologia, e quais

as expectativas futuras e estratégias de continuidade pensadas por elas quanto à continuidade da política de formação de agentes de ATER. Os resultados desta avaliação, reafirmam que as mulheres têm se organizado e atuado com intensidade no tema, e como já mostraram os trabalhos de Deere; León (2002); Oliveira (2004); e, Siliprandi (2007), segundo os quais, os movimentos de mulheres rurais têm mostrado interface com o ambientalismo, e isso se “construiu a partir de uma preocupação com a saúde das pessoas (tema típico da maternidade), e recolocou o tema do modo de vida natural” (SILIPRANDI, 2007: 847). Isso, por si só, legitima a importância dada a elas nesse trabalho.

Ainda, segundo Deere; León (2002); Oliveira (2004); e, Siliprandi (2007), quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, “são frequentemente as mulheres que induzem a essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente” (SILIPRANDI, 2007: 847). Entende-se, como mostram estudos recentes sobre mulheres rurais, que elas além de ocuparem um espaço importante na segurança alimentar e geração de renda da família, têm se inserido cada vez mais nos espaços políticos e de debates.

Por fim, as propostas das mulheres para continuidade da política de formação se resumem em: inserir nos currículos de graduação os temas da Agroecologia, realizar pesquisas diferenciadas, inserir os agricultores nas pesquisas, capacitação deve ser contextualizada, continuada, mestrados profissionalizantes para técnicos que querem continuar atuando na extensão, atividades práticas nas capacitações, discutir tecnologias apropriadas nos cursos, promoção de intercâmbios, elaboração de um programa de formação para jovens e adultos agricultores e não apenas para técnicos extensionistas, tratar de extensão rural na universidade e promoção de novos cursos à distância. As mulheres afirmaram que as capacitações promoveram desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e práticas, e sugeriram que apenas políticas intersetoriais podem dar conta da complexidade da questão, e indicaram estratégias de continuidade coerentes com as suas trajetórias sociais e expectativas, de forma que as articulações das políticas podem influenciar processos de desenvolvimento onde as mulheres são as promotoras.

Agradecimentos

Às mulheres da Coordenação de Formação de Agentes de ATER, do DATER/MDA, que executaram a política de formação de extensionistas de 2004 a 2010. Em especial, à todas as mulheres que participaram da avaliação, revelando suas impressões e opiniões sobre a política, na esperança de um país melhor.

Bibliografia Citada

BOURDIEU. P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 517 f. Tese – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

SILIPRANDI, E. **Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais**. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. 2007.

OLIVEIRA, S. M. (orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DEERE, C. D. e M. LEÓN. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2002.